

A exclusão de vozes nordestinas nas dublagens brasileiras ¹

Rebeca Paixão Rocha²

Dirceu Martins Alves³

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Ba

RESUMO

Este artigo analisa a ausência de vozes nordestinas nas dublagens brasileiras, refletindo o preconceito linguístico e cultural presente na sociedade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utiliza análise de conteúdo e revisão bibliográfica, fundamentando-se em autores como Marcos Bagno e Leandro Lessa. O objetivo é investigar como a padronização vocal no mercado de dublagem contribui para a exclusão de identidades regionais. Os resultados indicam que essa prática sustenta estereótipos e reforça a invisibilidade de sotaques nordestinos nas produções nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: dublagens; exclusão; representatividade; preconceito linguístico.

Os primeiros filmes produzidos no início do cinema eram mudos, o que tornava a exibição muito mais fácil em diferentes países, já que não havia a barreira da língua. A comunicação era feita por meio de imagens, expressões faciais e trilhas sonoras tocadas ao vivo ou adicionadas posteriormente. No entanto, em 1927, os filmes começaram a incluir diálogos falados, e, a língua tornou-se um obstáculo para a distribuição internacional dessas produções. A primeira solução encontrada foi a legendagem, na qual o texto falado era traduzido e exibido na parte inferior da tela. Contudo, muitos espectadores tiveram dificuldade de adaptação, pois consideravam incômodo ler e acompanhar o filme simultaneamente. Diante disso, surgiu a ideia de refilmar as cenas completamente, usando os mesmos cenários e roteiros, mas com atores falando em diferentes idiomas, um processo trabalhoso e caro. Finalmente, em 1930, surgiu a

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GTNE02 - Cinema e Audiovisual e Interdisciplinaridade, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 24 a 26 de junho de 2025.

² Estudante do Curso de Comunicação Social - Rádio, TV e Internet da UESC, email: rocharebeca856@gmail.com

³ (Orientador) - Professor Titular do DLA (UESC), Comunicação Social – Rádio, TV e Internet, e-mail: dmalves@uesc.br

dublagem, que pode ser definida como o processo de substituição das vozes do idioma original de um produto audiovisual por vozes em outro idioma. Buñuel viveu o processo por dentro da indústria:

Em 1930 o cinema se tornava falado. Ao mesmo tempo, perdia seu caráter internacional. Num filme mudo, bastava mudar os letreiros, segundo os países. Agora era preciso rodar nos mesmos cenários, com as mesmas iluminações, diferentes versões do mesmo filme, com atores franceses e espanhóis. Daí um afluxo para a fabulosa Hollywood de escritores e de atores encarregados de escrever os diálogos e de interpretá-los em sua própria língua. (BUÑUEL, 1982, p. 177).

A história da dublagem no Brasil começou em 1938. Com a chegada ao país do filme *Branca de Neve e os Sete anões*, da Disney. Os cantores Dalva de Oliveira e Carlos Galhardo foram convidados para dar vozes em português aos personagens, no que se tornou a primeira dublagem do país. Após isso, diversos profissionais do rádio migraram para explorar novos campos, incluindo cantores, comediantes e atores de novelas.

Desde o princípio, a dublagem brasileira foi dominada por dubladores, em sua maioria, do eixo São Paulo - Rio de Janeiro, o que se tornou padronizado ao passar dos anos. Esse domínio regional acabou moldando uma uniformidade das vozes e sotaques representados, tornando-se uma característica marcante das dublagens brasileiras. Esse padrão reforçou o preconceito linguístico, gerando estranheza quando ouvimos vozes nordestinas, mesmo em filmes nacionais, muitas vezes sendo julgadas como excessivamente forçadas. Tal reação revela o grau de naturalização do consumo de produções com sotaques paulistas e cariocas que qualquer variação soa inadequada.

Conforme Lessa (2013, 66):

Um problema comum que ocorre com a “naturalidade” na atuação da dublagem é o sotaque regional acentuado. Tanto as dublagens de São Paulo como as do Rio “abusavam” do linguajar típico na hora dos diálogos. Apesar deste problema ocorrer em menor quantidade nos dias de hoje, ainda hoje é possível diferenciar uma dublagem paulistana ou carioca, sem precisar saber a casa onde foi feita. (LESSA, 2013, p. 69).

O preconceito linguístico contra os nordestinos perpetua não apenas uma visão estereotipada da fala regional, mas também contribui para a marginalização cultural de uma parte significativa da população brasileira. Essa discriminação manifesta-se tanto no consumo de produtos midiáticos quanto nas oportunidades profissionais dentro da

própria indústria de dublagem, onde raramente se vê a valorização de sotaques que fogem do padrão dominante.

Como afirma Lessa (2013, 88):

No caso brasileiro, os dubladores não precisam de agente, mas a concorrência é bastante acentuada. Antes de tudo, é preciso se instalar no eixo Rio-São Paulo, ou cidades conurbadas, e estar próximo de onde eles terão chances de conseguir trabalho. Para aqueles que chegam recentemente no mercado, são obrigados a encarar papéis bem pequenos, como vozerio de fundo, recepcionista ou outros personagens com poucas, ou até uma única fala. (LESSA, 2013, p. 88)

Tal cenário foi recentemente exposto pela influenciadora e cantora Juliette, que afirmou ter sido orientada a “neutralizar” seu sotaque durante um teste de dublagem. A cantora desabafou ‘Eu fiquei muito feliz, muito emocionada, porque eu pensei ‘caramba, um filme de projeção internacional. Se eu puder contribuir com isso, como vai ser bonito uma criança identificar que o personagem fala igual a ela’’. O desabafo foi feito em suas redes sociais após a também cantora Duda Beat relatar episódios de preconceito semelhantes em uma entrevista. Tais manifestações evidenciam que a xenofobia linguística ainda persiste, mesmo em um país com tamanha diversidade cultural. Casos como esses reforçam a necessidade de uma representação mais plural nas produções audiovisuais brasileiras, onde diferentes sotaques possam coexistir e ser valorizados, não silenciados.

O pedido para que Juliette “neutralizasse” seu modo de falar revela não apenas um desprezo pela diversidade linguística brasileira, mas também uma visão limitada sobre o que é considerado aceitável ou profissional dentro do mercado audiovisual. Tal postura ecoa uma concepção ultrapassada de norma linguística, que ainda insiste em uma padronização artificial da língua.

Como afirma Marcos Bagno, em *Preconceito Linguístico*, (1999. p. 65):

Não é a gramática normativa que vai „garantir a existência de um padrão linguístico uniforme”. Esse padrão linguístico (que pode chegar a certo grau de uniformidade, mas nunca será totalmente uniforme, pois é usado por seres humanos que nunca hão de ser criaturas física, psicológica e socialmente idênticas), como já dissemos, existe na sociedade, independentemente de haver ou não livros que o descrevam (BAGNO, 1999, p. 65).

O desabafo de Juliette foi feito em suas redes sociais após a também cantora Duda Beat relatar episódios semelhantes de discriminação em uma entrevista. Essas manifestações evidenciam como a xenofobia linguística ainda persiste, mesmo em um

país com tamanha diversidade cultural e regional. Casos como esses reforçam a necessidade de uma representação mais plural nas produções audiovisuais brasileiras, onde diferentes sotaques possam coexistir, ser respeitados e não silenciados.

Além disso, a ausência de diversidade linguística na dublagem contribui para a invisibilidade das múltiplas identidades regionais do Brasil. Quando o sotaque nordestino é utilizado apenas em personagens cômicos, caricatos ou associados à ignorância, reforçando estigmas históricos e alimentando preconceitos já existentes. Essa prática restritiva limita a representação da paisagem sonora brasileira e a formação de sentidos na comunicação por não trazer a origem do signo:

Para explicar o fenômeno da construção de sentido, a linguística, e com base nela a semiologia, forneceram-nos o conceito de signo, abordando a construção de sentido a partir da interação entre os conceitos de significante (forma reconhecível de qualquer substância expressiva), significado (sentido associado a essa forma reconhecível) e referente (parte do universo referencial à qual se associa o significado). Podemos, logicamente, reduzir esse modelo apenas ao som e explicar a produção de sentido pela interação que se estabelece entre as formas sonoras reconhecíveis, a associação de cada forma sonora a um conteúdo e a parte do universo que estamos nomeando ou escutando. (RODRÍGUEZ, 2006, p. 243).

Levando em conta a arbitrariedade do signo, com base na semiologia, de origem saussuriana, conforme explica Rodrigues (2006), podemos dizer que a fala das dublagens brasileiras feitas no Sudeste, de maneira também arbitrária, nos remetem a um referente (fala nordestina) de maneira forçada. Mas se aplicarmos os princípios da semiótica peirceana nas dublagens, veremos que fica faltando a presença daquele lugar de origem, que forma o signo e a produção de sentido.

A diferença essencial entre essas duas concepções é que a primeira entende o signo como uma forma perceptível escolhida arbitrariamente para ser associada a um sentido determinado. Essa é, precisamente, a concepção saussuriana. A segunda, por sua vez, entende o signo como uma forma perceptível que está vinculada fisicamente a algum fenômeno real do qual emana seu sentido. (RODRÍGUEZ, 2006, p.243).

O que falta, então, nas dublagens que excluem as falas nordestinas é o ambiente da fala, o sotaque, o ritmo, a respiração, a textura local, isso porque o idioma é nacional, mas a fala é regional e motivada. E na semiótica peirceana o signo é motivado. Ou seja, é toda essa ambientação que motiva o signo e não o contrário.

Conscientizar a população sobre o preconceito linguístico e suas implicações é um passo essencial para transformar realidades e combater estigmas profundamente

enraizados na sociedade brasileira. A dublagem, enquanto instrumento de comunicação e representação cultural, deve refletir a riqueza e a diversidade linguística do país, e não reforçar um modelo único e excludente de fala. Incluir diferentes sotaques nas produções audiovisuais não deve ser visto como uma concessão, mas como uma necessidade social e cultural. Assim, promover a equidade no uso da linguagem e romper com a hegemonia de determinados padrões de fala é um caminho necessário para garantir que todas as vozes sejam ouvidas, respeitadas e reconhecidas. Apenas por meio desse esforço coletivo poderemos construir uma sociedade mais inclusiva, democrática e fiel à sua própria pluralidade.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 55. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

BUÑUEL, Luís. **Meu último suspiro**. (Tradução de Rita Braga) – Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1982.

G1. **Juliette desabafa sobre xenofobia**: "Vai ter sotaque nordestino em grandes publicidades sim". G1, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/06/11/juliette-neutralizar-o-sotaque.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2025.

LESSA, Leandro Pereira. **O mercado de trabalho do dublador no Brasil**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facom/wp-content/uploads/sites/433/2013/04/Leandro-Pereira-Lessa.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM. **A dublagem no Brasil**. Disponível em: <https://www.radiouniversitariafm.com.br/noticias/a-dublagem-no-brasil/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20dublagem%20no,a%20primeira%20dublagem%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 14 maio 2025.

RODRÍGUEZ, Ángel. **A dimensão sonora da linguagem audiovisual**. São Paulo: Editora SENAC de São Paulo, 2006.